



Novembro/2015



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de **Técnico Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Gramática e Interpretação de texto da Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

Hoje, quando o mundo está em crise, parece mais importante que nunca aprender um pouco de economia. As notícias econômicas agora são o assunto principal em jornais e programas de TV. No entanto, será que realmente sabemos o que é economia?

A palavra vem do grego oikonomia, que significa “administração da casa”, e passou a significar o estudo das maneiras de gerir os recursos e, mais especificamente, a produção e a permuta de bens e serviços. A economia moderna surgiu como disciplina específica no século XVIII, sobretudo com a publicação em 1776 de A riqueza das nações, livro escrito pelo grande pensador escocês Adam Smith. Contudo, o que motivou o interesse no assunto não foram os textos de economistas, mas as enormes mudanças na própria economia com o advento da Revolução Industrial. Os pensadores mais antigos haviam falado da gestão de bens e serviços nas sociedades, tratando de questões que surgiram como problemas da filosofia moral ou política. Mas, com o surgimento das fábricas e da produção de bens em massa, veio uma nova era de organização econômica que dava atenção ao todo. Ai começou a chamada economia de mercado.

A análise de Smith do novo sistema definiu o padrão, com uma explicação abrangente do mercado competitivo. Ele afirmou que o mercado é guiado por uma “mão invisível”, de modo que as ações racionais de indivíduos interesseiros acabam dando à sociedade exatamente o que ela necessita. Smith era filósofo, e o tema de seu livro incluía política, história, filosofia e antropologia. Depois dele, surgiu uma nova geração de pensadores econômicos, que preferiu se concentrar totalmente na economia.

(Adaptado de: **O livro da economia**. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo, Globo, 2013, p. 12-14)

1. De acordo com o texto, é correto afirmar que Adam Smith
- (A) revolucionou os estudos econômicos quando relacionou a gestão de bens e serviços à filosofia.
 - (B) contribuiu para os estudos de economia ao fornecer uma análise ampla da economia de mercado.
 - (C) escreveu *A riqueza das nações* eximindo-se de abordar temas de ordem histórica ou antropológica.
 - (D) foi o primeiro pensador a tratar de assuntos relativos à gestão de bens e serviços na sociedade.
 - (E) percebeu que transformações econômicas e transformações sociais ocorrem de modo dissociado.

2. A partir da leitura do texto, conclui-se corretamente que
- (A) o livro *A riqueza das nações*, escrito por Adam Smith, despertou nas pessoas o interesse em economia durante a Revolução Industrial.
 - (B) o rótulo *administração da casa* é usado para descrever a economia moderna como um campo de estudo restrito ao âmbito doméstico.
 - (C) a expressão *mão invisível* associa-se ao modo como o mercado é comandado por indivíduos preocupados em obter vantagens pessoais.
 - (D) a palavra *economia* surgiu no século XVIII para nomear os recursos oriundos das fábricas e da produção de bens em massa.
 - (E) a designação *gestão de bens e serviços* indica que o objeto de estudo da economia foi aos poucos se restringindo a questões de ordem moral.

3. A frase escrita corretamente, no que se refere à norma-padrão da língua portuguesa, é:
- (A) São cada vez mais recorrentes as discussões relativas a assuntos econômicos na TV; alguns programas conferem ao debate um enfoque sensacionalista.
 - (B) A economia tornou-se tema frequente nos telejornais, que, inclusive, têm seus próprios economistas respondendo a perguntas dos expectadores.
 - (C) Conhecer um pouco de questões econômicas permitem que os cidadãos procurem a acessoria adequada para poupar e investir seu dinheiro de modo a obter mais vantagens.
 - (D) A economia está presente na vida prática de todos, desde a compra de itens de consumo diário, como alimentos, até a aquisição de um imóvel.
 - (E) Os economistas dispensam atenção ao comportamento humano no geral; os valores e as inquietações de um indivíduo está latente em seus hábitos de consumo.

4. O termo *Contudo*, em destaque no segundo parágrafo, tem valor
- (A) explicativo, e equivale a *Pois*.
 - (B) conclusivo, e equivale a *Então*.
 - (C) final, e equivale a *Para tanto*.
 - (D) adversativo, e equivale a *Porém*.
 - (E) conformativo, e equivale a *Conforme*.



Atenção: Considere a tira de André Dahmer para responder à questão de número 5.

palestra sobre os novos tempos



(Disponível em: www.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#16/10/2014. Acessado em: 10.09.2015)

5. Ao usar o termo *novela*, no terceiro quadrinho, a personagem

- (A) demonstra que tem presenciado fatos característicos de um noticiário.
- (B) confessa passar por um período de marasmo, em que nada acontece.
- (C) revela estar plenamente satisfeita com suas experiências de vida.
- (D) sugere que tem vivido situações complicadas e de difícil solução.
- (E) conclui que sua conduta é irretocável e deveria servir de modelo.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 9, considere o texto abaixo.

Cada um no seu tablet: conheça o perfil das crianças brasileiras na web

Há tempos a internet não é lugar frequentado apenas por adultos. As crianças aprendem a navegar na web antes mesmo de amarrar os cadarços. Um levantamento da AVG Technologies comprova que 57% dos pequenos de até 5 anos sabem usar aplicativos em smartphones, mas só 14% são capazes de dar um laço nos cordões dos sapatos.

Além de ter acesso a dispositivos eletrônicos cada vez mais cedo, o público infantil tem uma tendência ao uso privativo da internet. As informações são do relatório mais recente da ICT Kids Online Brazil. O estudo foi realizado com pessoas de 9 a 16 anos, e indica que meninos e meninas acessam a rede principalmente de casa. E o Brasil é onde as crianças mais acessam a internet por dispositivos móveis, como smartphones e tablets – um terço delas estão conectadas.

Apesar do amplo acesso à web dentro de casa, a realidade não é a mesma no ambiente escolar. A pesquisa chama a atenção para o pouco uso da rede nas escolas brasileiras.

(Adaptado de: www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2015/09/04/interna_tecnologia,497349/cada-um-no-seu-tablet-conheca-o-perfil-das-criancas-brasileiras-na-we.shtml. Acessado em: 05.09.2015)

6. A frase redigida corretamente e em conformidade com as informações do texto é:

- (A) Grande parte das crianças brasileiras aprende a usar a internet logo cedo, devido à falta de restrição do acesso à rede nas escolas.
- (B) Um terço das crianças brasileiras têm acesso à internet em seu domicílio, enquanto não há computadores em suas escolas.
- (C) A maioria das crianças brasileiras acessa a internet por dispositivos móveis, por isso ainda há pouco uso da rede nas escolas.
- (D) As crianças brasileiras tendem a usar a internet em casa, ainda que as escolas ofereçam amplo acesso à rede.
- (E) Muitas crianças brasileiras utilizam a internet em suas casas, ao passo que o acesso à rede é escasso nas escolas.

7. Ocorre o emprego da voz passiva na seguinte construção:

- (A) *O estudo foi realizado com pessoas de 9 a 16 anos...* (segundo parágrafo).
- (B) *As crianças aprendem a navegar na web...* (primeiro parágrafo).
- (C) *As informações são do relatório mais recente...* (segundo parágrafo).
- (D) *... as crianças mais acessam a internet por dispositivos móveis* (segundo parágrafo).
- (E) *... 57% dos pequenos de até 5 anos sabem usar aplicativos...* (primeiro parágrafo).

8. A frase escrita com clareza e de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa é:

- (A) Já faz anos que as crianças vêm usando a internet, e é admirável a rapidez com que elas aprendem a lidar com os aplicativos que surgem a cada dia.
- (B) Hoje parecem haver crianças que já nascem com uma predisposição para usar os recursos tecnológicos, que lhe atraem desde cedo.
- (C) Muitos adultos que se mantêm alheio à comunicação virtual são excluídos do diálogo com os mais novos, o que acarreta conflitos intergeracionais.
- (D) É possível que ocorra alguns desencontros entre as gerações, mas muitos jovens estão consciente da importância de ajudar os mais velhos a usar as novas tecnologias.
- (E) São úteis, nos dias de hoje, utilizar ferramentas de comunicação virtual para se manter bem informado e estar próximo de quem mora em lugares distantes.

9. A frase escrita com clareza e correção, quanto à norma-padrão da língua portuguesa, é:

- (A) O público infantil vem se apropriando a dispositivos eletrônicos cada vez mais recentemente, e estes têm dado preferência do uso privativo da internet.
- (B) Enquanto muitas crianças demonstram destreza em usar aplicativos em celulares, uma pequena porcentagem delas estão aptas a dar um laço nos cordões dos sapatos.
- (C) O estudo foi direcionado em pessoas de 9 a 16 anos, e se propôs de mostrar os hábitos que tais desenvolveram com a dedicação no uso de dispositivos eletrônicos.
- (D) Muitas crianças brasileiras têm a possibilidade em se conectar na internet, um terço às quais já portam de dispositivos móveis, que se comunicam com eficácia.
- (E) Além de averiguar ao comportamento domiciliar de adolescentes e crianças diante da internet, a pesquisa também deu enfoque no uso que os mesmos faziam da rede.



Atenção: Para responder às questões de números 10 a 13, considere o texto abaixo.

Ô de casa!

Acredito que acabei me adaptando a esse mundo moderno. Esse mundo de Facebook, Instagram, WhatsApp. Sinto saudade de quê? De um álbum de retratos com as folhas separadas por papel celofane, de um envelope verde e amarelo debaixo da porta? Talvez. Mas saudade de rebobinar uma fita K-7? Nenhuma.

Custei a me adaptar a algumas coisas: escrever direto no computador, bater fotos sem filme, ter uma agenda eletrônica. Mas hoje acho tudo isso o máximo, ao ponto de não ter a mínima saudade da minha máquina de escrever Remington, dos filmes Ektachrome ou da minha agenda Pombo com capa de couro.

Hoje cedo eu me lembrei da minha mãe à beira do fogão separando os marinheiros do arroz e tirando as pedras do feijão. Quando a campainha tocava, ela sempre exclamava: – Quem será?

O mundo era assim. As pessoas iam à casa das outras sem avisar, sem hora nem dia marcado. Chegavam de repente, sem mais nem menos.

Por mais amigo que seja, quem hoje bate na porta do outro sem avisar? Há três semanas que estou combinando um almoço com um grande amigo. Quando eu posso, ele não pode. Quando ele pode, sou eu que não posso. Já trocamos uns cinco e-mails e uns dez recados pelo celular. E o almoço ainda não aconteceu.

Estou pensando seriamente em sair daqui uma hora dessas, chegar à casa dele e tocar a campainha. Se não tiver campainha, vou bater palmas e gritar: – Ô de casa!

(Adaptado de: VILLAS, Alberto. Disponível em: www.cartacapital.com.br/cultura/o-de-casa-8837.html. Acessado em: 05.09.2015)

10. A partir da leitura do texto, conclui-se corretamente que, com relação ao mundo moderno, o autor demonstra ter

- (A) um comportamento indiferente, pois os benefícios advindos com a modernidade não alteraram sua rotina de maneira significativa.
- (B) uma sensação de frustração, pois esperava que as transformações da modernidade fossem tornar sua vida profissional mais fácil.
- (C) uma atitude de empolgação, pois percebe que as inovações tecnológicas permitiram um contato mais próximo entre as pessoas.
- (D) um julgamento reprovador, pois considera que alguns hábitos são insubstituíveis, como receber cartas em envelope debaixo da porta.
- (E) um sentimento ambivalente, pois aprecia alguns avanços tecnológicos, mas se mostra crítico quanto ao comportamento das pessoas.

11. É correto afirmar que, na opinião do autor,

- (A) os amigos deixaram de se comunicar por causa do uso excessivo da tecnologia.
- (B) o diálogo entre amigos e familiares passou a ser menos educado recentemente.
- (C) os encontros entre amigos se tornaram mais escassos apesar das facilidades da tecnologia.
- (D) a amizade deveria prescindir do encontro pessoal em uma sociedade civilizada.
- (E) a troca de mensagens por celular e as redes sociais ampliam os laços de amizade.

12. A frase citada do texto que permanece correta após o acréscimo das vírgulas é:

- (A) Já trocamos, uns cinco e-mails e uns dez recados, pelo celular. (quinto parágrafo)
- (B) Acredito, que acabei me adaptando, a esse mundo moderno. (primeiro parágrafo)
- (C) Há três semanas, que estou combinando, um almoço com um grande amigo. (quinto parágrafo)
- (D) Hoje cedo, eu me lembrei da minha mãe, à beira do fogão, separando os marinheiros do arroz e tirando as pedras do feijão. (terceiro parágrafo)
- (E) Estou pensando, seriamente, em sair daqui uma hora dessas, chegar, à casa dele e tocar, a campainha. (sexto parágrafo)

13. A frase em que a correlação entre tempos e modos verbais está correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, é:

- (A) *Facebook, Instagram, WhatsApp* possibilitaram que pessoas, nos lugares mais díspares, se comunicarem com mais agilidade.
- (B) Hoje, com a tecnologia digital, podemos ouvir música com muito mais praticidade do que quando usávamos fitas K-7.
- (C) Era comum, em um passado recente, que as pessoas prestassem visita aos amigos e parentes sem que lhes avisariam com antecedência.
- (D) Uma visita de cortesia, atualmente, não ocorrerá antes que os amigos trocaram vários e-mails e mensagens de celular.
- (E) O autor lembra-se das situações em que sua mãe se questionara a respeito de quem poderá estar tocando a campainha para visitá-los.

Atenção: Para responder às questões de números 14 e 15, considere o poema de Santo Souza.

Baliza

*Cravar a estrela no chão
e dizer à noite: agora,
afaste-se a escuridão,
que eu vou chegando com a aurora.*

*E fazer brotar da terra
– da terra que tudo faz –
não a treva e o ódio da guerra,
mas a luz e o amor da paz.*

*Que eu vim traçar nos caminhos
(em vez de dor e agonia)
a rota livre dos homens
com as tintas claras do dia.*

(Adaptado de: SOUZA, Santo. Disponível em: www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/sergipe/santos_souza.html. Acessado em: 05.09.2015)

14. No poema, a *aurora* simboliza

- (A) o início de um tempo de trégua.
- (B) a ciência em oposição à arte.
- (C) o período que antecede uma crise.
- (D) a exploração inconsequente da terra.
- (E) a hostilidade entre os povos.



| | |
|--|---|
| <p>15. A frase redigida corretamente, conforme a norma-padrão da língua portuguesa, é:</p> <p>(A) Santo Souza, membro da Academia Sergipana de Letras, nunca esqueceu-se de sua cidade natal, Riachuelo, à 23 km de Aracaju.</p> <p>(B) Santo Souza sempre identificou-se com a poesia, mas ainda garoto teve de abandonar os estudos e começou à trabalhar em uma farmácia.</p> <p>(C) Segundo alguns críticos, a obra de Santo Souza destacaria-se devido à uma linguagem universal, com elementos da cultura clássica.</p> <p>(D) Santo Souza começou a escrever cedo, mas foi com o livro <i>Ode Órfica</i>, vindo à público em 1955, que notabilizou-se entre os poetas brasileiros.</p> <p>(E) O sergipano Santo Souza, natural de Riachuelo, dedicou-se à poesia e também à música, além de escrever crônicas e novelas para o rádio.</p> | <p>19. Quando se copiam textos de outro documento ou da <i>web</i> para o documento atual em edição no Microsoft Word 2010, em português, muitas vezes estes textos ficam com visual estranho, porque trazem junto certas formatações do documento ou página <i>web</i> de origem. Estas formatações</p> <p>(A) não podem ser removidas após o texto ser colado no documento atual.</p> <p>(B) podem ser removidas utilizando-se a ferramenta Limpar Toda a Formatação, presente no grupo Fonte da guia Página Inicial.</p> <p>(C) são removidas automaticamente ao pressionar a combinação de teclas CTRL + V, com o texto selecionado.</p> <p>(D) podem ser removidas pressionando-se a combinação de teclas CTRL + Z, desde que o texto esteja selecionado.</p> <p>(E) só podem ser removidas antes do texto ser copiado do local de origem.</p> |
| <p style="text-align: center;">Noções de Informática</p> <p>16. Para navegar na internet é necessário utilizar um tipo de <i>software</i> específico conhecido como <i>browser</i> ou navegador. Um desses navegadores é o Internet Explorer 9, que permite</p> <p>(A) somente navegação anônima, ou seja, navegação na qual não se armazenam dados como <i>sites</i> visitados, <i>cookies</i> e informações de formulários.</p> <p>(B) adicionar <i>sites</i> ao grupo de favoritos, embora não ofereça mecanismos para excluí-los do grupo depois de adicionados.</p> <p>(C) restaurar as configurações originais do navegador, caso as mudanças realizadas não deem o resultado desejado.</p> <p>(D) instalar complementos para adicionar funcionalidades extras ao navegador, que ficam permanentemente impedidas de serem desativadas.</p> <p>(E) navegar em tela cheia por meio do pressionamento da tecla F1, para obter o máximo de área da tela para navegação.</p> | <p>20. Ao se adquirir um computador é importante selecionar componentes adequados para o perfil de utilização. Em um computador, o componente</p> <p>(A) "ASUS A58M-A/BR" refere-se ao HD (disco rígido).</p> <p>(B) "NVIDIA GeForce GTX 900M" refere-se à memória ROM.</p> <p>(C) "Core i7- 5960X" refere-se à placa de vídeo.</p> <p>(D) "DDR3 de 2133 MHz" refere-se à memória RAM.</p> <p>(E) "SATA 3 de 7200 RPM" refere-se ao processador.</p> |
| <p>17. No disco rígido (HD) de um computador que utiliza o Windows 7, podem ser criadas pastas para armazenar e organizar arquivos. Estas pastas podem</p> <p>(A) conter arquivos, mas não outras pastas.</p> <p>(B) ser excluídas, mas nesse caso, não são enviadas para a lixeira.</p> <p>(C) conter qualquer tipo de <i>software</i>, exceto sistemas operacionais.</p> <p>(D) ser copiadas ou movidas para outros dispositivos, como <i>pen drives</i>.</p> <p>(E) ter um nome composto por qualquer caractere disponível no teclado.</p> | <p style="text-align: center;">Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais</p> <p>21. Renato, servidor público estadual, ocupante de cargo em comissão, foi nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança. Nessa hipótese, conforme preceitua a Lei nº 8.112/1990, exercerá o cargo para o qual foi nomeado interinamente</p> <p>(A) com prejuízo das suas atribuições e, obrigatoriamente, receberá a remuneração do cargo para o qual foi nomeado interinamente.</p> <p>(B) com prejuízo das suas atribuições e receberá a remuneração de ambos os cargos durante o período da interinidade.</p> <p>(C) sem prejuízo das suas atribuições e receberá obrigatoriamente a remuneração do primeiro cargo em comissão.</p> <p>(D) sem prejuízo das suas atribuições e deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.</p> <p>(E) sem prejuízo das suas atribuições e receberá a remuneração de ambos os cargos durante o período da interinidade.</p> |
| <p>18. Existe uma série de recomendações para fazer uso seguro do <i>webmail</i>, como a criação de uma senha de acesso adequada, a não abertura de <i>links</i> suspeitos e a utilização de conexões de acesso ao <i>webmail</i> seguras. Uma conexão é considerada segura se o endereço da página do provedor de <i>webmail</i>, utilizada no acesso ao <i>e-mail</i>, for iniciada por</p> <p>(A) HTTPS.</p> <p>(B) TCPS.</p> <p>(C) FTPS.</p> <p>(D) SNMP.</p> <p>(E) HTTP.</p> | <p>22. Manuela, servidora do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, possuía histórico exemplar, haja vista nunca ter sofrido qualquer penalidade administrativa. No entanto, após dez anos de serviço público, praticou conduta que lhe rendeu a imposição de penalidade. Isto porque, manteve sob sua chefia imediata, em cargo de confiança, sua irmã, Raquel, razão pela qual foi submetida a processo disciplinar, que resultou na aplicação da respectiva penalidade. Conforme os ditames da Lei nº 8.112/1990, trata-se da pena de</p> <p>(A) censura.</p> <p>(B) suspensão de até 30 dias.</p> <p>(C) demissão.</p> <p>(D) advertência.</p> <p>(E) suspensão de até 90 dias.</p> |



| | |
|--|--|
| <p>23. José arguiu a suspeição do servidor público João, responsável pela condução de determinado processo administrativo. A alegação de suspeição foi indeferida. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, dessa decisão,</p> <p>(A) cabe recurso sem efeito suspensivo.</p> <p>(B) cabe recurso com efeito suspensivo.</p> <p>(C) não cabe recurso, nem pedido de reconsideração.</p> <p>(D) cabe apenas pedido de reconsideração, sem efeito suspensivo.</p> <p>(E) cabe apenas pedido de reconsideração, com efeito suspensivo.</p> | <p>27. Considere:</p> <p>I. Interposição de Agravo Regimental (AgR).</p> <p>II. Pedido incidente ou acessório.</p> <p>III. Impugnação ao registro da candidatura.</p> <p>IV. Instauração de tomada de contas especial.</p> <p>NÃO se altera a classe do processo, dentre outras, nas hipóteses indicadas em</p> <p>(A) III e IV, apenas.</p> <p>(B) I, II e III, apenas.</p> <p>(C) I, II, III e IV.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) II e IV, apenas.</p> |
| <p>24. Maria, servidora pública do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, foi processada e condenada por improbidade administrativa, sendo uma de suas sanções, a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de dez anos. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, Maria</p> <p>(A) negou publicidade a ato oficial.</p> <p>(B) concorreu para que terceiro se enriquecesse ilícitamente.</p> <p>(C) frustrou a licitude de processo licitatório.</p> <p>(D) frustrou a licitude de concurso público.</p> <p>(E) usou, em proveito próprio, bem pertencente ao Tribunal.</p> | <p>28. O Agravo Regimental</p> <p>(A) é incabível no processo eleitoral, não havendo previsão no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.</p> <p>(B) deverá ser interposto no prazo de 3 dias, contado da publicação ou da intimação do despacho.</p> <p>(C) é admitido mesmo quando houver recurso previsto em lei.</p> <p>(D) será processado, em autos apartados, devendo ser protocolado com as peças principais do processo, sob pena de indeferimento do recurso.</p> <p>(E) é cabível no processo eleitoral, mas não há previsão específica no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.</p> |
| <p>25. Flora, então Prefeita de Lagarto/SE, praticou ato de improbidade administrativa no ano de 2004, quando ainda era Prefeita da cidade, tendo seu mandato terminado em dezembro de 2005. Em janeiro 2015, o Ministério Público ajuizou a respectiva ação de improbidade administrativa questionando o ato praticado enquanto Prefeita do citado Município. No caso em questão e nos termos da Lei nº 8.429/1992, a ação proposta</p> <p>(A) está prescrita, pois deveria ter sido ajuizada até dezembro de 2014.</p> <p>(B) é imprescritível.</p> <p>(C) está prescrita, pois deveria ter sido ajuizada até dezembro de 2010.</p> <p>(D) está prescrita, pois deveria ter sido ajuizada até janeiro de 2014.</p> <p>(E) está absolutamente correta, pois ajuizada dentro do prazo legal.</p> | <p>29. A apreciação da justa causa para dispensa da função eleitoral antes do transcurso do primeiro biênio, quando se tratar de Juiz Federal incumbirá ao</p> <p>(A) Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) Tribunal Regional Federal competente.</p> <p>(C) Presidente do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(D) Vice-Presidente do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(E) respectivo Tribunal Regional Eleitoral em seu pleno.</p> |
| <p style="text-align: center;">Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe</p> <p>26. Orientar os serviços da Biblioteca do Tribunal, aprovando as suas publicações incumbe ao</p> <p>(A) Vice-Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) Presidente do Tribunal.</p> <p>(C) Corregedor Regional Eleitoral.</p> <p>(D) Procurador Regional Eleitoral.</p> <p>(E) Vice-Procurador Regional Eleitoral.</p> | <p>30. No tocante as Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, considere:</p> <p>I. Em regra, o Tribunal reunir-se-á, em sessões ordinárias, 2 vezes por semana, até o máximo de 8 por mês.</p> <p>II. No período eleitoral, o limite do número mensal de sessões será de quinze.</p> <p>III. Em regra, a inclusão do processo em pauta de julgamento deverá ser publicada no Diário de Justiça com pelo menos cinco dias de antecedência à sessão de julgamento, o que será certificado nos autos.</p> <p>IV. Excepcionalmente será admitido o julgamento com o quórum incompleto em caso de impedimento ou suspeição do juiz titular da classe de advogado e impossibilidade jurídica de convocação de juiz substituto.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) I, II e IV.</p> |



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

31. Determinada empresa pretende obter cópias de processo administrativo instaurado com vistas à apuração de irregularidades em contratos administrativos de certo Ministério da Administração Federal, no bojo do qual sabe ter sido acusada por funcionários do órgão investigado pela prática de referidas irregularidades. Na hipótese de o Ministro de Estado indeferir requerimento formulado administrativamente pela empresa com esse propósito, caberá à interessada valer-se, na esfera judicial, de
- mandado de segurança, de competência do Superior Tribunal de Justiça, sendo cabível recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, se denegatória a decisão.
 - mandado de segurança, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
 - habeas data*, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
 - habeas data*, de competência do Superior Tribunal de Justiça, sendo cabível recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, se denegatória a decisão.
 - habeas data* ou mandado de segurança, de competência do Superior Tribunal de Justiça, sendo cabível recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, em qualquer hipótese.

32. Considere as seguintes situações, relativas ao exercício da chefia do Poder Executivo na esfera federal:

- Renúncia do Presidente da República no início do segundo ano de seu mandato.
- Viagem do Presidente da República ao exterior, por um período de dez dias consecutivos, no fim do terceiro ano de mandato, sem que haja sido requerida autorização prévia do Congresso Nacional.
- Instauração, pelo Senado Federal, de processo para responsabilização do Presidente da República pelo suposto cometimento de crime de responsabilidade.
- Recebimento de denúncia, pelo Supremo Tribunal Federal, para responsabilização do Presidente da República pelo suposto cometimento de infração penal comum.

À luz da Constituição da República, o exercício da Presidência da República caberá ao Vice-Presidente da República nas situações retratadas em:

- I, na qualidade de substituto, enquanto se organizam eleições diretas para preenchimento do cargo vago; II, na qualidade de substituto, enquanto se organizam eleições indiretas para preenchimento do cargo vago; III e IV, na qualidade de substituto, enquanto perdurar o afastamento do Presidente da República, que não será superior a 180 dias.
- I, na qualidade de sucessor, até o fim do mandato; II, na qualidade de substituto, durante o período da ausência; III e IV, na qualidade de substituto, enquanto perdurar o afastamento do Presidente da República, que não será superior a 180 dias.
- I, na qualidade de substituto, enquanto se organizam eleições indiretas para preenchimento do cargo vago; II, na qualidade de substituto, enquanto se organizam eleições diretas para preenchimento do cargo vago; III e IV, na qualidade de sucessor, até o fim do mandato.
- I e II, na qualidade de sucessor, até o fim do mandato; III e IV, na qualidade de substituto, até o término dos julgamentos respectivos, observado o prazo máximo de 180 dias para a conclusão de ambos.
- I, na qualidade de substituto, até o fim do mandato; II, na qualidade de sucessor, durante o período de ausência; III, na qualidade de substituto, até o término do julgamento respectivo, observado o prazo máximo de 180 dias para sua conclusão; IV, na qualidade de substituto, enquanto perdurar o afastamento do Presidente da República, que não será superior a 180 dias.

33. Considere as seguintes competências atribuídas ao Poder Legislativo federal:

- Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno de Estados e do Distrito Federal.
- Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados e do Distrito Federal.
- Avaliar periodicamente o desempenho das Administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.

À luz da Constituição da República, referidas competências são exercidas, respectivamente, por:

| | I | II | III | IV |
|---|----------------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| A | Senado Federal | Senado Federal | Congresso Nacional | Câmara dos Deputados |
| B | Congresso Nacional | Congresso Nacional | Senado Federal | Congresso Nacional |
| C | Congresso Nacional | Senado Federal | Congresso Nacional | Câmara dos Deputados |
| D | Senado Federal | Senado Federal | Senado Federal | Congresso Nacional |
| E | Câmara dos Deputados | Câmara dos Deputados | Senado Federal | Congresso Nacional |



34. Em determinado processo administrativo disciplinar, o servidor acusado promoveu sua defesa pessoalmente, mediante manifestação e produção de provas nos autos, sem que, no entanto, tenha sido assistido tecnicamente por advogado, embora lhe tenha sido facultado constituir um. Nesta hipótese, considerando não estar prevista, em lei aplicável ao processo em questão, a obrigatoriedade de assistência por advogado,
- (A) há violação à garantia constitucional do devido processo legal, assegurado expressamente aos litigantes em processo administrativo.
- (B) há violação às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, asseguradas expressamente aos litigantes em processo administrativo.
- (C) há violação à garantia constitucional do advogado como indispensável à administração da justiça.
- (D) há violação aos princípios constitucionais da legalidade e impessoalidade da Administração pública.
- (E) não há ofensa à Constituição da República.
35. O ocupante de cargo efetivo em órgão da Administração direta de determinado Estado da federação que venha a ser investido no mandato de Prefeito da capital do referido Estado
- (A) será afastado do cargo, não se computando o tempo de serviço para os fins legais, exceto promoção por antiguidade.
- (B) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- (C) perderá o cargo, para o qual somente poderá retornar mediante concurso público.
- (D) perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo, ainda que não haja compatibilidade de horários.
- (E) perceberá as vantagens de seu cargo, com prejuízo da remuneração do mandato eletivo, se não houver compatibilidade de horários.
36. Com a finalidade de obter maior eficiência no exercício da atividade jurisdicional, pretende-se promover a reorganização do Judiciário de determinado Estado da federação, com base nas seguintes propostas:
- I. Criação de uma Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, por juízes de direito e Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por um Tribunal de Justiça Militar estadual, considerado o efetivo militar do Estado de dezoito mil integrantes.
- II. Constituição de Câmaras regionais para funcionamento descentralizado do Tribunal de Justiça estadual, a partir do deslocamento de Câmaras já existentes.
- III. Instalação de uma justiça itinerante, para realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais do Estado, servindo-se, para tanto, de equipamentos públicos e comunitários.
- Seriam compatíveis com a Constituição da República apenas as propostas relativas à
- (A) criação da Justiça Militar, desde que por lei estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça; e constituição de Câmaras regionais, pelo Tribunal de Justiça.
- (B) constituição de Câmaras regionais e instalação de Justiça itinerante, pelo Tribunal de Justiça.
- (C) constituição de Câmaras regionais e instalação de Justiça itinerante, desde que ambas se deem por lei estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça.
- (D) criação da Justiça Militar e constituição de Câmaras regionais, desde que ambas por lei estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça.
- (E) criação da Justiça Militar e constituição de Câmaras regionais, pelo Tribunal de Justiça.
37. Proposta de Emenda à Constituição subscrita por 180 dos 513 Deputados Federais, tendo por objeto o estabelecimento de casos de inelegibilidade visando a proteger a moralidade para o exercício dos mandatos eletivos, é aprovada em dois turnos, na Câmara dos Deputados, pelo voto de 315 de seus membros, e no Senado Federal, também em dois turnos, pelo voto de 53 dos 81 Senadores. O texto assim aprovado é promulgado e publicado na sequência. Nessa hipótese, a Emenda à Constituição em questão é
- (A) inconstitucional, por não ter sido observado o número mínimo de assinaturas para sua propositura.
- (B) constitucional, devendo aplicar-se às eleições subsequentes, independentemente da data de sua vigência, em virtude da aplicabilidade imediata das normas constitucionais.
- (C) constitucional, mas não se aplica às eleições que ocorram até um ano da data de sua vigência.
- (D) inconstitucional, por não ter sido atingido o quórum de aprovação na Câmara dos Deputados.
- (E) inconstitucional, por não ter sido atingido o quórum de aprovação no Senado Federal.
38. Considere as seguintes situações à luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:
- I. Constituição estadual que estabelece a possibilidade de reexame, pelo Tribunal de Contas estadual, das decisões administrativas fazendárias de última instância contrárias ao erário, tomadas em processos administrativos nos quais se discuta questão tributária.
- II. Lei estadual que, ao dispor sobre a organização e estruturação de órgão da Administração pública que desempenha funções afetas ao Poder Executivo, impõe à Assembleia Legislativa o dever de indicar um representante para integrar referido órgão.
- III. Estabelecimento de multa diária contra o Poder Público em virtude de descumprimento de obrigação de fornecimento de tratamento médico individual, que lhe tenha sido imposta por força de decisão judicial.
- Há ofensa ao princípio constitucional da separação dos poderes em
- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
39. Suponha que se pretenda, por meio de lei estadual, criar novo Município no Estado de Sergipe, a partir da fusão de dois Municípios já existentes. Referida lei estadual seria
- (A) incompatível com a Constituição da República, que estabelece ser a República Federativa do Brasil formada pela união indissolúvel de Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (B) incompatível com a Constituição da República, já que a criação de Municípios por lei estadual implicaria ofensa à autonomia dos Municípios como entes da federação brasileira.
- (C) compatível com a Constituição da República, desde que aprovada a criação do novo Município por emenda à Constituição do Estado de Sergipe.
- (D) compatível com a Constituição da República, desde que aprovada a criação do novo Município pela população diretamente interessada, através de plebiscito, e pelo Congresso Nacional, por lei complementar.
- (E) compatível com a Constituição da República, desde que promulgada dentro do período determinado por lei complementar federal e precedida de consulta, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.



40. Consideradas apenas as condições de elegibilidade relativas a nacionalidade e idade estabelecidas na Constituição da República, um brasileiro naturalizado, com 30 anos completos no ano das eleições,
- (A) estará habilitado a candidatar-se a Deputado Federal, mas não poderá vir a ocupar a Presidência da Câmara dos Deputados.
- (B) estará habilitado a candidatar-se a Senador, mas não poderá vir a ocupar a Presidência do Senado Federal.
- (C) estará habilitado a candidatar-se a Deputado Federal, podendo vir a ocupar a Presidência da Câmara dos Deputados.
- (D) estará habilitado a candidatar-se a Senador, podendo vir a ocupar a Presidência do Senado Federal.
- (E) não estará habilitado a candidatar-se a mandato eletivo.

Noções de Direito Administrativo

41. Considere a seguinte situação hipotética: o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe pretende contratar o serviço de gerenciamento de obra, de natureza singular, com empresa de notória especialização. No caso narrado e nos termos da Lei nº 8.666/93, a licitação é
- (A) inexigível.
- (B) obrigatória na modalidade convite.
- (C) dispensável.
- (D) obrigatória na modalidade concorrência.
- (E) obrigatória, sendo a modalidade licitatória definida de acordo com o valor contratual.

42. Considere as seguintes assertivas concernentes ao instituto da convalidação:

- I. Na convalidação é suprido vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado.
- II. Não se admite, ainda que excepcionalmente, que a convalidação seja feita pelo administrado.
- III. Em situações excepcionais, admite-se a convalidação de ato administrativo com vício de motivo.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

43. Bernardo, chefe de determinada repartição pública, concedeu licença ao seu subordinado, o servidor Joaquim, pelo período de um mês. Transcorrido tal período, Bernardo decidiu revogar o aludido ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade. No caso narrado, a revogação

- (A) não é possível, em razão da incompetência de Bernardo.
- (B) é possível, desde que seja com efeitos *ex nunc*.
- (C) não é possível, tendo em vista que ela não retroage.
- (D) é possível, desde que seja com efeitos *ex tunc*.
- (E) é possível, desde que seja motivada por ilegalidade no ato de licença.

44. A cortesia constitui um dos princípios que regem os serviços públicos. Exemplo de sua aplicação é

- (A) modicidade das tarifas, de modo a não onerar os usuários dos serviços públicos.
- (B) isenção de tarifas para administrados que assim necessitem.
- (C) tratamento educado, prestativo e respeitoso aos usuários dos serviços públicos.
- (D) eficiência na prestação dos serviços públicos.
- (E) trazer ao conhecimento público e geral dos administrados a forma como o serviço foi prestado, os gastos e a disponibilidade de atendimento.

45. Considere as seguintes assertivas:

- I. O ato administrativo com vício de finalidade admite convalidação.
- II. A finalidade corresponde ao efeito mediato que o ato produz.
- III. O ato administrativo com vício de finalidade comporta revogação.
- IV. Há vício de finalidade quando o ato desvia-se da finalidade pública ou, ainda, quando praticado com finalidade diversa da prevista em lei para o caso.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I.
- (E) II e IV.

46. O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe pretende realizar licitação na modalidade convite para a execução de serviços de engenharia. Nesse caso, o valor do contrato deverá ser de até

- (A) um milhão e quinhentos mil reais.
- (B) cento e cinquenta mil reais.
- (C) quinhentos mil reais.
- (D) um milhão de reais.
- (E) duzentos e cinquenta mil reais.

47. Considere as seguintes assertivas:

- I. Dissolução de reunião.
- II. Apreensão de mercadorias deterioradas.
- III. Notificação do administrado.
- IV. Vistoria.

Constitui exemplo de poder de polícia de caráter repressivo o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.



| | |
|---|---|
| <p>48. Um dos poderes decorrentes da relação hierárquica consiste em editar atos normativos. A propósito de tais atos é correto afirmar que</p> <p>(A) podem, excepcionalmente, obrigar pessoas estranhas à relação hierárquica.</p> <p>(B) são apenas e tão somente decorrentes da relação hierárquica.</p> <p>(C) confundem-se com os regulamentos.</p> <p>(D) as resoluções não se enquadram em tais atos.</p> <p>(E) são considerados atos normativos de efeitos externos.</p> | <p>53. Considere:</p> <p>I. Distribuição de camisetas.</p> <p>II. Utilização de trios elétricos para sonorizar comícios.</p> <p>III. Colocação de adesivo microperfurado no para-brisa de veículo, com as dimensões de 40 por 30 cm.</p> <p>A legislação eleitoral veda a propaganda eleitoral indicada APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II.</p> |
| <p>49. Determinada Lei Estadual foi objeto de ação perante o Supremo Tribunal Federal, haja vista ter sido questionada a sua constitucionalidade. Referida lei obrigou o Governo a divulgar, na imprensa oficial e na internet, dados relativos a contratos de obras públicas. O Supremo Tribunal Federal considerou absolutamente constitucional a referida lei por estar em fiel observância a um dos princípios básicos norteadores da atuação administrativa. Trata-se especificamente do princípio da</p> <p>(A) supremacia do interesse privado.</p> <p>(B) impessoalidade.</p> <p>(C) motivação.</p> <p>(D) razoabilidade.</p> <p>(E) publicidade.</p> | <p>54. Um dos juízes do Tribunal Regional Eleitoral de um dos Estados da Federação cometeu crime comum. O processo e o julgamento desse delito compete originariamente ao</p> <p>(A) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) Tribunal Regional Eleitoral a que pertence.</p> <p>(C) Tribunal Regional Eleitoral mais próximo.</p> <p>(D) Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) Superior Tribunal de Justiça.</p> |
| <p>50. O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe decidiu realizar procedimento licitatório para a construção de relevante obra pública. Assim, no instrumento convocatório, fixou as condições em que pretende contratar, estabelecendo previamente as cláusulas do contrato administrativo. Trata-se especificamente da seguinte característica inerente aos contratos administrativos:</p> <p>(A) natureza <i>intuitu personae</i>.</p> <p>(B) bilateralidade.</p> <p>(C) mutabilidade.</p> <p>(D) contrato de adesão.</p> <p>(E) comutatividade.</p> | <p>55. Cabe recurso ordinário da decisão do Tribunal Regional Eleitoral que</p> <p>(A) versar sobre expedição de diplomas nas eleições estaduais.</p> <p>(B) for contrária, em qualquer assunto, à expressa disposição de lei.</p> <p>(C) divergir, em qualquer assunto, da interpretação de outro Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(D) for evidentemente contrária à prova dos autos, no que concerne a irregularidade na propaganda eleitoral.</p> <p>(E) não for unânime.</p> |
| <p style="text-align: center;">Noções de Direito Eleitoral</p> <p>51. A respeito das Juntas Eleitorais, é correto afirmar:</p> <p>(A) Quem preside a Junta Eleitoral é o membro mais idoso.</p> <p>(B) Os funcionários públicos federais não podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais.</p> <p>(C) Os membros das Juntas Eleitorais serão nomeados 60 dias antes da eleição, depois de aprovação do Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(D) Compete às Juntas Eleitorais processar os pedidos de registro de candidaturas.</p> <p>(E) Os partidos não podem impugnar os nomes das pessoas indicadas para compor as Juntas Eleitorais.</p> | <p>56. Na propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão, o partido "A" divulgou sua posição em relação a temas político-comunitários; o partido "B" divulgou propaganda de candidato a cargo eletivo; o partido "C" difundiu programas partidários; o partido "D" transmitiu mensagens aos filiados sobre as atividades congressuais do partido; e o partido "E" defendeu interesses pessoais e de outros partidos. Houve descumprimento das normas da Lei nº 9.096/95 APENAS na propaganda</p> <p>(A) dos partidos "A", "B" e "C".</p> <p>(B) dos partidos "B" e "E".</p> <p>(C) dos partidos "A", "C" e "D".</p> <p>(D) do partido "E".</p> <p>(E) do partido "A".</p> |
| <p>52. Pedro quer colocar uma faixa, com 3,0 m², na varanda de sua residência particular, com o nome de seu amigo José João, candidato a Vereador, atendendo as normas da Justiça Eleitoral. Para tanto,</p> <p>(A) necessita de licença da Prefeitura.</p> <p>(B) não necessita de licença.</p> <p>(C) necessita de licença da Justiça Eleitoral.</p> <p>(D) deve solicitar alvará da autoridade policial.</p> <p>(E) deve solicitar prévia anuência dos vizinhos.</p> | <p>57. O órgão do Ministério Público requereu o arquivamento de comunicação de crime eleitoral. O Juiz Eleitoral considerou improcedentes as razões do pedido de arquivamento e ordenou a remessa da comunicação ao Procurador Regional, que insistiu no pedido de arquivamento. Nesse caso, o juiz</p> <p>(A) solicitará à Ordem dos Advogados do Brasil a designação de advogado para oferecer a denúncia.</p> <p>(B) poderá determinar, de ofício, a instauração da ação penal.</p> <p>(C) está obrigado a atender o pedido de arquivamento.</p> <p>(D) poderá nomear advogado para oferecer a denúncia, independentemente se indicação da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>(E) poderá interpor recurso de ofício para o Tribunal Regional Eleitoral.</p> |



58. No que se refere aos recursos eleitorais, sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto no prazo, contado da publicação do ato, resolução ou despacho, de
- (A) 15 dias.
(B) 8 dias.
(C) 5 dias.
(D) 10 dias.
(E) 3 dias.
59. A respeito da fiscalização das eleições, é correto afirmar que
- (A) a escolha de fiscais e delegados poderá recair em quem, por nomeação do Juiz Eleitoral, já faça parte de Mesa Receptora.
(B) o fiscal não pode ser nomeado para fiscalizar mais de uma seção eleitoral no mesmo local de votação.
(C) a escolha de fiscais poderá recair em pessoa menor de 18 anos de idade e a de delegados só naqueles que já tiverem alcançado a maioria.
(D) o presidente do partido ou o representante da coligação deverá registrar na Justiça Eleitoral o nome das pessoas autorizadas a expedir credenciais dos fiscais e delegados.
(E) as credenciais dos fiscais e delegados serão expedidas pela Justiça Eleitoral.
60. Cícero, candidato a Prefeito municipal, foi injuriado na propaganda eleitoral gratuita na televisão. Cícero poderá pedir o direito de resposta no prazo de
- (A) 48 horas, sendo que, deferido o pedido, o ofendido usará para resposta, tempo igual ao dobro do da ofensa.
(B) 48 horas, sendo que, deferido o pedido, o ofendido usará para resposta, tempo igual ao da ofensa, nunca inferior, porém, a um minuto.
(C) 72 horas, sendo que, deferido o pedido, o ofendido usará para resposta, tempo igual ao da ofensa.
(D) 24 horas, sendo que, deferido o pedido, o ofendido usará para resposta, tempo igual ao da ofensa, nunca inferior, porém, a um minuto.
(E) 24 horas, sendo que, deferido o pedido, o ofendido usará para resposta, tempo igual ao dobro do da ofensa.
61. Durante os trabalhos de apuração, o partido político Alpha impugnou a contagem de votos de determinada urna. A resolução dessa impugnação compete
- (A) ao Juiz Eleitoral.
(B) à Junta Eleitoral.
(C) ao Tribunal Regional Eleitoral.
(D) ao Tribunal Superior Eleitoral.
(E) ao Ministério Público Eleitoral.
62. Paulo, candidato a Deputado Estadual, colocou mesas ao longo de uma avenida para distribuição de material de campanha. Para garantir exclusividade do local escolhido, fixou a mesa ao solo que ali permaneceu de um dia para o outro. De acordo com a Lei nº 9.504/97, essa conduta
- (A) é vedada.
(B) é permitida, se não dificultar o bom andamento de pessoas e veículos.
(C) depende de prévia autorização da Prefeitura.
(D) só é permitida se a avenida tiver pouco movimento.
(E) só é permitida se houver autorização de seu partido.
63. Objetivando a propaganda de suas candidaturas, João fixou uma faixa num cinema; José colocou um cartaz na varanda da residência particular de um amigo; Pedro pendurou uma placa na igreja que costuma frequentar; Paulo fixou uma faixa no clube do qual é associado; e Plínio colocou uma placa no estádio de um clube de futebol. A Lei nº 9.504/97, desde que observados os demais requisitos legais, autoriza a propaganda feita APENAS por
- (A) José e Plínio.
(B) João, Paulo e Plínio.
(C) José.
(D) João, Pedro e Paulo.
(E) Paulo e Plínio.
64. A respeito das Juntas Eleitorais, considere:
- I. Os membros das Juntas Eleitorais elegerão o Presidente entre os seus integrantes.
II. Os agentes policiais podem ser nomeados membros das Juntas para dar maior segurança aos seus membros.
III. Os que já pertencerem ao serviço eleitoral não podem ser nomeados membros de Juntas Eleitorais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) III.
(E) II.
65. No plano federal, a investigação judicial para apurar o uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato à Presidência da República ou do partido político pelo qual concorre será presidida e relatada pelo
- (A) Diretor Geral da Polícia Federal.
(B) Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
(C) Procurador-Geral Eleitoral.
(D) Corregedor-Geral Eleitoral.
(E) Procurador-Geral da República.
66. O partido Delta vai formular o pedido de registro de seus candidatos a Deputado Federal. Tais requerimentos devem ser endereçados
- (A) à Junta Apuradora de seus domicílios eleitorais.
(B) ao Juiz Eleitoral de seus domicílios eleitorais.
(C) ao Tribunal Superior Eleitoral.
(D) à Junta Eleitoral de seus domicílios eleitorais.
(E) ao Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.

**Atribuições do Chefe de Cartório**

67. Com relação às ocorrências relativas às inscrições eleitorais, tais como justificativa, multas pagas, óbitos e outras, o Chefe do Cartório Eleitoral de Sergipe deverá, de acordo com a Resolução TRE/SE nº 113/2007, em documento próprio, fazendo as devidas anotações, comunicar
- (A) mensalmente ao Tribunal Superior Eleitoral.
 - (B) mensalmente à Corregedoria Regional Eleitoral.
 - (C) anualmente à Corregedoria Regional Eleitoral.
 - (D) anualmente ao Tribunal Superior Eleitoral.
 - (E) bianualmente ao juiz da zona eleitoral competente.
-
68. O chefe do Cartório Eleitoral deverá, de acordo com a Resolução TRE/SE nº 113/2007, registrar, autuar
- (A) e processar os feitos judiciais e administrativos, promovendo a sua movimentação, acompanhando prazos e praticando todos os atos ordinatórios necessários à regular tramitação, lavrando os respectivos termos até ulterior arquivamento, suprimindo, inclusive, o cargo de Oficial de Justiça, em todas as suas atribuições.
 - (B) e processar apenas os feitos administrativos, promovendo a sua movimentação, acompanhando prazos e praticando todos os atos ordinatórios necessários à regular tramitação, lavrando os respectivos termos até ulterior arquivamento, suprimindo, inclusive, o cargo de Oficial de Justiça, em todas as suas atribuições.
 - (C) e processar apenas os feitos judiciais, promovendo a sua movimentação, acompanhando prazos e praticando todos os atos ordinatórios necessários à regular tramitação, lavrando os respectivos termos até ulterior arquivamento, suprimindo, inclusive, o cargo de Oficial de Justiça, em todas as suas atribuições.
 - (D) os feitos judiciais e administrativos, bem como processar e promover a movimentação apenas dos feitos administrativos, acompanhando prazos e praticando todos os atos ordinatórios necessários à regular tramitação, lavrando os respectivos termos até ulterior arquivamento, não suprimindo, no entanto, o cargo de Oficial de Justiça.
 - (E) os feitos judiciais e administrativos, bem como processar e promover a movimentação apenas dos feitos judiciais, acompanhando prazos e praticando todos os atos ordinatórios necessários à regular tramitação, lavrando os respectivos termos até ulterior arquivamento, não suprimindo, no entanto, o cargo de Oficial de Justiça.
-
69. Ao Chefe de Cartório Eleitoral compete, quando solicitado, controlar o uso adequado das linhas telefônicas à disposição do cartório eleitoral, encaminhando tempestivamente os relatórios pertinentes
- (A) ao Supremo Tribunal Federal.
 - (B) à Corregedoria Regional Eleitoral.
 - (C) ao Tribunal Superior Eleitoral.
 - (D) ao Tribunal de Justiça competente.
 - (E) à Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral.
-
70. Fernando, Juiz Eleitoral, determinou que Mônica, Chefe de Cartório, desempenhasse uma atribuição pertinente ao seu cargo, não prevista na Resolução TRE/SE nº 113/2007. Mônica
- (A) somente deverá desempenhar se prevista em Portaria específica, sendo a Portaria o único instrumento que poderá prever funções estranhas à referida Resolução.
 - (B) não poderá desempenhá-la pois não está prevista na referida Resolução.
 - (C) poderá desempenhá-la apenas se estiver prevista expressamente em outra norma específica sobre atribuições do Chefe de Cartório.
 - (D) deverá desempenhar outras atribuições pertinentes ao cargo não previstas na referida resolução ou que tenham sido determinadas pela autoridade judiciária.
 - (E) não poderá desempenhá-la pois o Juiz Eleitoral não tem competência para determinar atribuição ao Chefe de Cartório.